



ESTADO DE SANTA CATARINA
Câmara de Vereadores de Itajaí



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 152/2017

**DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO AUXÍLIO A
ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS
COMPROVADAMENTE CARENTES, DE ACORDO COM O
ART. 192 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.**

Art. 1º A concessão do auxílio a estudantes universitários, comprovadamente carentes, previsto no Art. 192 da Lei Orgânica Municipal, observará o disposto na presente Lei.

I - O auxílio pode ser concedido a alunos carentes regularmente matriculados em universidades ou faculdades sediadas em Itajaí em cursos reconhecidos pelo MEC; ou,

II - matriculados em universidades ou faculdades situadas no Estado de Santa Catarina, localizadas até 60 km de distância deste Município, em cursos reconhecidos pelo MEC e não oferecidos por instituições sediadas em nossa cidade.

Parágrafo Único. Não será concedido o auxílio previsto no caput para cursos de educação à distância.

Art. 2º A avaliação do índice de carência dos universitários itajaienses de que trata o art. 1º desta Lei será realizada por Comissão composta por titulares e suplentes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Administração;



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

III - 01 (um) representante da Procuradoria Geral do Município;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão

V - 01 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

VI - 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude

VII - 01 (um) representante do Diretório Central dos Estudantes da UNIVALI;

VIII - 01(um) representante do corpo docente de cada universidade e faculdade com sede no Município de Itajaí;

IX - 01(um) representante do corpo discente de cada universidade e faculdade com sede no Município de Itajaí;

§ 1º Fica a cargo da Comissão de Avaliação julgar todos os processos dos universitários inscritos no semestre.

§ 2º Todos os representantes não governamentais serão indicados por meio de ofício, por suas representações máximas.

Art. 3º Para pleitear a concessão do auxílio universitário, o estudante deverá comprovar ser residente e domiciliado, juntamente com seu grupo familiar, no Município de Itajaí pelo período mínimo de 02 (dois) anos, não ter renda pessoal ou familiar superior a 08 (oito) salários mínimos e não usufruir de subsídios financeiros educativos de qualquer natureza.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, entende-se que o grupo familiar é composto por todos os indivíduos que sejam mantidos pelo mesmo conjunto de renda (contribuam ou usufruam dela), na condição de dependentes do responsável do grupo.

§ 2º Quando o estudante se tratar de servidor público municipal, enquadrado na hipótese do inciso II do art. 1º dessa Lei, e este já usufruir de subsídios financeiros educativos de qualquer natureza, ficará a critério da Comissão conceder ou não o auxílio.

Art. 4º O estudante interessado na concessão do auxílio deverá se inscrever online, através do site www.portaldocidadao.itajai.sc.gov.br, ficando sujeito à aprovação do benefício, nos



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



prazos previamente estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo, agendando a entrevista e comparecendo na Secretaria da Criança, Adolescente e Juventude, em data e horário agendados, munidos da seguinte documentação:

- a) fotocópias dos documentos: carteira de identidade, título de eleitor e CPF;
- b) comprovante de residência em Itajaí atualizado constando nome do responsável pelo grupo familiar, sendo que em caso de aluguel, deverá ser adicionado ao comprovante uma declaração do proprietário ou o contrato de aluguel;
- c) comprovante de matrícula, fotocópia do boleto de mensalidade ou declaração de universidades ou faculdades informando o valor da mensalidade;
- d) fotocópia dos três últimos holerites, folhas de pagamento, comprovantes ou declarações de renda familiar;
- e) declaração de dependentes da renda familiar constando o CPF e a data de nascimento de todos os dependentes;
- f) comprovante de despesas com saúde, educação, transporte coletivo ou escolar, água, luz, telefone, IPTU, aluguel, financiamento de automóveis, motos e imóveis;
- g) o acadêmico, em caso de desemprego, deverá apresentar sua carteira de trabalho, assim como os integrantes familiares que também estiverem desempregados;
- h) protocolo de inscrição online, devidamente impresso;
- i) declaração de comprovação de serviço voluntário prestado pelo acadêmico que recebeu o auxílio no semestre anterior, devidamente assinada pelo responsável do órgão municipal, bem como, pelo supervisor do serviço voluntário;
- j) cópia da última declaração do Imposto de Renda, não podendo ser a declaração retificada após o prazo de inscrição, ou declaração de isenção de todos os membros do grupo familiar.

Parágrafo Único. As inscrições somente serão efetuadas mediante a apresentação de todos os documentos.

Art. 5º Ao Gabinete do Prefeito fica delegada a competência para baixar normas para execução da presente Lei, se necessário.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



Art. 6º Para a concessão do auxílio de que trata esta Lei, será preservado o valor relativo ao orçamento anual, dentro do limite proposto de 50% (cinquenta por cento) para o primeiro semestre e 50% (cinquenta por cento) para o segundo semestre, expressamente aprovado.

Art. 7º O percentual dos valores do auxílio será determinado pela comissão, levando-se em conta o índice de carência, comprovado através dos documentos apresentados pelo estudante, de acordo com a legislação vigente, desde que não exceda os créditos limites de um período, sendo que a classificação se dará conforme a fórmula de cálculo do índice de carência abaixo:

$$\text{IC} = \frac{\text{RF} + \text{DM} + \text{DDC} + \text{APD} + \text{CEM} + \text{MGFEP} + \text{DT} + \text{DAL} + \text{QA}}{\text{GF.100}} = \text{QM} = \text{QC}$$

SIGLA	ITEM	PESO
IC	Índice de carência	
RF	Renda total familiar	Valores em reais
DM	Despesas com moradia própria	Financiada ou locada: 0,8 Própria ou cedida: 1,0
DDC	Despesas com doença crônica	Sim: 0,8 Não: 1,0
APD	Acadêmico portador de deficiência	Sim: 0,8 Não: 1,0
CEM	Onde concluiu o ensino médio	Público: 1,0 Particular com bolsa: 1,1 Particular: 1,2
MGFEP	Membro do grupo familiar cursando ensino particular	Sim: 1,0 Não: 1,1
DT	Despesas com transporte para estudar	Nenhum: 0,8 Coletivo: 0,9 Moto: 1,0 Carro próprio ou da família: 1,1
DAL	Despesas com água e luz	Se < R\$ 200,00: 1,0 Se > R\$ 200,00: 1,1



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



QA	Quantidade de automóveis do grupo familiar	Se não possui: 0,9 Se possui 1: 1,0 Se possui 2: 1,2 Se possui 3: 1,3
QM	Quantidade de motocicletas do grupo familiar	Se não possui: 0,9 Se possui 1: 1,0 Se possui 2: 1,2 Se possui 3: 1,3
QC	Quantidade de caminhões do grupo familiar	Se não possui: 0,9 Se possui 1: 1,0 Se possui 2: 1,2 Se possui 3: 1,3
GF	Grupo Familiar	Quantidade de pessoas

I - O percentual do valor do auxílio concedido ao acadêmico economicamente carente poderá ser de 05% (cinco por cento) até 50% (cinquenta por cento) do valor da mensalidade por ele devida, conforme o seu índice de carência;

II - O índice de carência regulamentará o percentual do auxílio a ser concedido da seguinte forma:

a) de 0 a 2 pontos: 50%

b) de 2,1 a 4 pontos: 40%

c) de 4,1 a 6 pontos: 30%

d) de 6,1 a 8 pontos: 20%

e) de 8,1 a 10 pontos: 10%

f) acima de 10 pontos: 5%, desde que os estudantes se enquadrem dentro do limite de 08 (oito) salários mínimos, conforme art. 3º desta Lei.

§ 1º Para o cálculo do valor nominal do auxílio será observado o valor da mensalidade apresentada na inscrição e, em casos de alteração da programação acadêmica, somente serão aceitos novos boletos até o último dia de inscrição para o benefício.

§ 2º Serão pagas 06 (seis) parcelas por semestre letivo do referido benefício.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



Art. 8º Após a divulgação do resultado, o acadêmico terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar requerimento de revisão do indeferimento do seu pedido, bem como o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar recurso em virtude da natureza classificatória por índice de carência econômica e financeira.

Parágrafo Único. O resultado que trata o caput, deverá ser divulgado e publicado no Jornal Oficial do Município, contendo a relação dos beneficiados, bem como, os respectivos percentuais a serem recebidos por cada estudante, a título de auxílio.

Art. 9º O estudante que receber outro subsídio financeiro educativo será notificado para optar por um dos benefícios, salvo quando ocorrer a hipótese prevista no § 2º do art. 3º desta Lei.

Art. 10. Os acadêmicos contemplados com o auxílio aos estudantes universitários deverão cumprir 40 (quarenta) horas semestrais de participação em programas de ação social do Município ou outro órgão público, diante do preenchimento da FICHA DE CONTROLE DO SERVIÇO VOLUNTÁRIO DO AUXÍLIO AOS ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, o qual será fiscalizado pelo responsável do órgão público.

§ 1º Ao final do cumprimento das 40 (quarenta) horas estabelecidas, caberá ao responsável assinar a “ficha controle”, bem como a declaração de comprovação do serviço voluntário, e entregar ao voluntário para fins de comprovação.

§ 2º O acadêmico deverá atuar em atividades compatíveis com a natureza de seu curso de graduação e/ou de acordo com as suas habilidades pessoais, sendo vedado o cumprimento em entidades não governamentais e a substituição da carga horária estabelecida no caput deste artigo por doações de qualquer natureza.

§ 3º Excepcionalmente, poderão os contemplados com a concessão do auxílio, apresentar projetos que visem o bem comum da sociedade itajaiense, os quais deverão ser aprovados inicialmente pela Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude, e, após, submetidos a aprovação da comissão avaliadora, que o aprovando emitirá declaração provisória de realização do projeto e declaração de comprovação de serviço voluntário aos acadêmicos responsáveis pelo projeto.

Art. 11. Os beneficiados com a concessão deverão se inscrever a cada semestre para concorrer novamente ao auxílio e comprovar sua situação relativamente ao que dispõe o art. 3º e o art. 4º desta Lei e, também, a sua aprovação no período do curso em que ele foi beneficiado.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



Art. 12. Serão aceitas denúncias até 06 (seis) meses da publicação da relação dos beneficiados do auxílio, que serão devidamente verificadas, através do e-mail bolsa@itajai.sc.gov.br, em que a identidade do denunciante será preservada.

Art. 13. Todos os estudantes inscritos para a concessão do benefício estarão sujeitos à visita domiciliar por Assistente Social.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias vigentes à época dos respectivos dispêndios.

Art. 15. O requerente que fraudar documentos, omitir informações, solicitar ou praticar qualquer ato ilícito para obtenção do auxílio que trata esta Lei, pagará multa no valor de 500 (quinhentos) UFM, a serem revertidas ao Município para a finalidade desta Lei.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Fica revogada a Lei nº 5.449, de 22 de dezembro de 2009.

Prefeitura de Itajaí, 12 de julho de 2017.

VOLNEI JOSÉ MORASTONI

Prefeito Municipal

SILVIA WANDERLINDE BENVENUTTI

Procuradora-Geral do Município



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



MENSAGEM Nº 028/2017

Exmo. Sr.

Ver. **PAULO MANOEL VICENTE**

Presidente da Câmara de Vereadores de Itajaí

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei incluso visa regulamentar a concessão do auxílio financeiro a estudantes universitários de Itajaí comprovadamente carentes, de acordo com o art. 192 da Lei Orgânica Municipal, em substituição a Lei nº 5.449, de 22 de dezembro de 2009, com as alterações da Lei nº 6.514, de 11 de abril de 2014.

A nova legislação sobre o auxílio do art. 192 da LOM se justifica tendo em vista que o objetivo da lei de auxílio financeiro ao estudante é incentivar e possibilitar o acesso de jovens e adultos na universidade, assim, diante das duas últimas inscrições do referido auxílio e da dotação orçamentária destinada a este fim, a Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude observou a possibilidade de se contemplar um número maior de estudantes, desde que feitas algumas alterações na legislação sobre o assunto.

Para tanto, justifica-se a aplicação da tabela de pontuação, na qual serão identificadas as necessidades de cada aluno inscrito no programa com pretensão do auxílio, sendo que, de acordo com a pontuação alcançada será estabelecido o percentual, que poderá ser de 5% a 50%.

Nestes moldes, a concessão do benefício não ficará atrelada apenas ao critério de renda, dando mais equidade e transparência aos atos de sua concessão, podendo beneficiar aqueles considerados mais carentes com um percentual maior de auxílio financeiro.

Ainda, solicitamos que o projeto anexo seja submetido para tramitação e apreciado, por essa Egrégia Câmara, em

REGIME DE URGÊNCIA,

com fundamento no Art. 204, § 4º, inciso V, combinado com o Art. 227, inciso IV, com a aplicação da precedência de que trata o Art. 205, com as dispensas previstas no Art. 230, e a apreciação em única discussão e votação, conforme exceção prevista no Art. 236, todos do Regimento Interno da Câmara, para que a proposição, no seu mérito, possa ser deliberada antes do início do recesso parlamentar.

Assim sendo, solicitamos a esta conceituada Casa Legislativa a aprovação deste Projeto de Lei, a fim de que possa ser beneficiado um maior número de estudantes carentes já no início do próximo semestre de 2017.



ESTADO DE SANTA CATARINA

Câmara de Vereadores de Itajaí



Certos de que V. Exa e Ilustres Pares aprovarão a proposição encaminhada, antecipadamente agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar votos de admiração e apreço.

Atenciosamente,

VOLNEI MORASTONI
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIA CRISTINA WANDERLINDE BENVENUTTI
PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO